

João Paulo Campos Peixoto

Universidade de São Paulo, Brasil

joaopcp@usp.br

<https://orcid.org/0000-0001-9892-9990>

A inserção da arquitetura neocolonial na historiografia [modernista] da arquitetura brasileira

Resumen:

O artigo analisa a inserção da arquitetura neocolonial na historiografia da arquitetura brasileira, examinando transformações nas interpretações críticas ao longo do século XX e início do XXI. Tradicionalmente compreendido como manifestação historicista e eclética, e frequentemente posicionado como antagonista da Arquitetura Moderna, o neocolonial foi por décadas marginalizado por narrativas de viés modernista. Estruturada a partir de uma lógica evolutiva que vinculava diretamente a arquitetura colonial à moderna, essa historiografia relegou o neocolonial a uma condição secundária. O escopo circunscreve-se à historiografia modernista, recorte no qual os preconceitos analíticos aqui examinados se constituíram e se perpetuaram. O estudo demonstra que o movimento emergiu em meio a debates sobre identidade nacional, desempenhando papel relevante na valorização do patrimônio colonial e no estímulo a práticas preservacionistas. Evidencia também relações complexas entre modernismo e neocolonial, destacando a participação de intelectuais modernistas nas primeiras formulações do movimento e influências recíprocas. Por meio de revisão historiográfica, o artigo investiga o momento em que o neocolonial passa a receber atenção acadêmica, sobretudo a partir das transformações no campo da história da arquitetura dos anos 1970 e da consolidação dos programas de pós-graduação no Brasil. Conclui-se que a revisão das narrativas modernistas permite compreender o neocolonial como componente fundamental dos debates sobre modernidade, identidade e produção arquitetônica no país.

Palabras clave: arquitetura neocolonial, historiografia, modernismo, história da arquitetura brasileira

Abstract:

The article analyzes the inclusion of Neocolonial architecture in the historiography of Brazilian architecture, examining transformations in critical interpretations throughout the 20th and early 21st centuries. Traditionally understood as a historicist and eclectic manifestation, and frequently positioned as an antagonist to Modern Architecture, Neocolonial Architecture remained marginalized for decades by modernist historiographical narratives. Structured around an evolutionary framework that directly linked colonial architecture to modern architecture, this historiography relegated Neocolonialism to a secondary status. The scope of this article is limited to modernist historiography, a framework within which the analytical biases examined here were formed and perpetuated. The study demonstrates that the movement emerged amidst debates on national identity, playing a significant role in the valorization of colonial heritage and in promoting preservationist practices. It also highlights complex relationships between Modernism and Neocolonial Architecture, emphasizing the participation of modernist intellectuals in the initial formulations of the movement as well as reciprocal influences. Through a historiographical review, the article investigates the moment when Neocolonial Architecture began receiving academic attention, particularly following transformations in the field of architectural history during the 1970s and the consolidation of graduate programs in Brazil. The article concludes that revising modernist narratives enables an understanding of Neocolonial Architecture as a fundamental component of debates on modernity, national identity, and architectural production in Brazil.

Keywords: neocolonial architecture, historiography, modernism, history of Brazilian architecture

A inserção da arquitetura neocolonial na historiografia [modernista] da arquitetura brasileira

João Paulo Campos Peixoto

Introdução

Seja como “o glorioso estilo neocolonial”, como colocou inicialmente Mario de Andrade em 1921,¹ ou como “pseudo-estilo”, segundo chegou a ser abertamente criticado por Lucio Costa,² o neocolonial foi objeto de leituras e abordagens plurais e contrastantes ao longo da história e da historiografia de arquitetura no Brasil. Entendido, inicialmente, como um contraponto à Arquitetura Moderna, as visões consagradas acerca do neocolonial foram amplamente influenciadas por essa clivagem tradição-modernidade. Fixada por décadas na historiografia da arquitetura como uma iniciativa de caráter eclético-historicista, a leitura acerca do neocolonial começa a se transformar a partir, sobretudo, de trabalhos publicados nos anos 2000 e 2010, que passam a reconhecer essa manifestação arquitetônica como um ideário, que se vincula ainda a uma série de contribuições ao cenário cultural brasileiro no início do século XX. Entre momentos de destaque e significativos hiatos, desde que essa manifestação arquitetônica despontou no cenário brasileiro em 1914, até a contemporaneidade, as interpretações e leituras acerca do neocolonial e de sua importância têm se transformado amplamente.

O neocolonial surge no Brasil em um contexto cultural complexo e transicional. Tem-se como marco inaugural do movimento a conferência proferida em 20 de julho de 1914 por Ricardo Severo, na Sociedade Cultural Artística de São Paulo, *A Arte Tradicional no*

Brasil.³ A data coincide com o deflagrar da *I Grande Guerra* na Europa, o que pode ser apontado como um empecilho inicial à sua difusão e seu rebatimento.⁴ O neocolonial viria a alcançar seu apogeu nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro somente nos anos 1920, o que o aproxima cronologicamente de duas vertentes notáveis no cenário cultural e arquitetônico brasileiro: o ecletismo, corrente amplamente em voga naquele momento, e a arquitetura de viés racionalista (que viria a se fixar na historiografia como Movimento Moderno). Em um momento em que a identidade nacional ainda não era consolidada, o neocolonial se insere em um verdadeiro embate ideológico, cuja principal questão se centrava em qual seria a arquitetura representativa da nação. Arquitetos e nomes importantes vinculados à defesa do modernismo no Brasil, como Lúcio Costa e Mário de Andrade, teriam se envolvido com o neocolonial em princípio – o que reitera a complexidade do período.⁵ Entende-se, portanto que:

O debate cultural daqueles anos [1920] reveste-se, assim, de maior complexidade, contribuindo para nuançar certo maniqueísmo que ainda prevalece nos estudos a respeito, principalmente no que tange às manifestações arquitetônicas do início do século XX.⁶

A arquitetura neocolonial foi amplamente enquadrada como uma variante eclética historicista, “o último capítulo da voga eclética entre nós”,⁷ o que acaba restringindo sua compreensão a um referencial formal e diminuindo sua importância enquanto movimento inserido na historiografia da arquitetura. A vinculação comum entre a arquitetura neocolonial e a eclética se estabelece, em parte, pela coexistência de ambas em um mesmo contexto. Contudo, o principal ponto de interseção entre essas vertentes reside na linguagem: o neocolonial opera sob um “ecletismo sintático”, ao mesclar características da arquitetura colonial brasileira com programas e técnicas construtivas modernas, utilizando-se de referências, soluções e motivos do passado, combinados (e recombinações) livremente, resultando em composições diversas. Para além da aproximação com o ecletismo, o

neocolonial é, por vezes, diminuído em função dos anacronismos e das incongruências formais em sua produção arquitetônica, que se tornam evidentes à luz da contemporaneidade.

O olhar desfavorável ao neocolonial, contudo, atravança a compreensão de sua importância inserida na história da arquitetura nacional. Essa arquitetura configura uma manifestação importante e pioneira de reconhecimento da identidade nacional brasileira, a alcançar uma mobilização simbólica e ampla difusão na sociedade, para além dos meios acadêmicos. O que por si só já configura um grande feito para a arquitetura, que essencialmente exige um grande engajamento de tempo e recursos.

A ideia da identidade nacional e a própria modernidade eram conceitos que se mesclavam nas primeiras décadas do século XX, especialmente no que concerne à arquitetura, tomada como um instrumento importante para a consolidação da ideia de nação. Em uma sociedade ainda indecisa quanto ao programa modernizador a ser seguido, a diversidade arquitetônica dava vazão a diferentes variantes ideológicas e projetos de transformação.⁸ O neocolonial era, então, compreendido também como uma arquitetura da modernidade,⁹ o que nos levaria a entender, por exemplo, a presença do projeto “Taperinha da Praia Grande”, de clara inspiração neocolonial, de Georg Przyrembel, em local de destaque na Semana de Arte Moderna de 1922.¹⁰ Já que a discussão acerca da Semana de Arte Moderna está na ordem do dia e, sem dúvidas, reitera o caráter complexo do período em que essa arquitetura desponta no Brasil.

O caráter inovador voltado ao desenvolvimento de uma identidade nacional, vinculado à arquitetura neocolonial, se dá em linha com um olhar fundamental à arquitetura do período colonial, sua redescoberta e sua valorização. No Brasil, Pinheiro aponta que, antes da manifestação neocolonial, imperava socialmente o desejo de apagar esse passado colonial, tido como primitivo e retrógrado, em nome do progresso. Ainda na linha da valorização da arquitetura do passado, outra contribuição importante oriunda da difusão da arquitetura neocolonial consiste no estímulo ao

surgimento da ideia preservacionista no Brasil.

Assim, estudar a inserção da arquitetura neocolonial na historiografia da arquitetura brasileira envolve a compreensão das particularidades de um campo disciplinar que se estabeleceu neste país, grosso modo, calcado no referencial hegemônico da Arquitetura Moderna, cujas construções narrativas estariam amplamente voltadas à afirmação da superioridade da arquitetura do Movimento Moderno. Essa hegemonia modernista, apesar de supostamente superada, ainda deixa marcas em estudos históricos e historiográficos que se desenvolvem até o presente. Não por acaso, a “trama narrativa” da Arquitetura Moderna Brasileira, inaugurada a partir da publicação do livro *Brazil Builds*,¹¹ estabeleceu-se como um discurso dominante que se mescla com a própria ideia da historiografia de arquitetura no país¹² e certamente se fez presente nas instituições onde se produz o conhecimento acerca da história da arquitetura. Também por isso, a discussão envolvendo o Moderno perpassa amplamente nossa discussão principal, envolvendo o neocolonial e a historiografia.

É necessário precisar, desde já, que este artigo circunscreve sua análise à historiografia de viés modernista da arquitetura brasileira – isto é, àquela produção interpretativa que, grosso modo, tomou a Arquitetura Moderna como horizonte teleológico e referencial analítico privilegiado, especialmente entre as décadas de 1940 e 1990. Essa delimitação não implica desconsiderar a existência de outras linhas de produção historiográfica que transformam, inclusive, o próprio paradigma aqui examinado. Tais produções, que representam um horizonte distinto de discussão e que reconfiguram de forma mais ampla os modos de se pensar e escrever a história da arquitetura no Brasil, são contempladas em outros trabalhos deste pesquisador – notadamente na dissertação de mestrado, que culminaram na publicação do livro *Arquitetura Neocolonial: Debates historiográficos no Brasil (1970-2020)*.¹³ O recorte aqui adotado se justifica pela centralidade que a historiografia modernista ainda ocupa na conformação das leituras sobre o neocolonial: é precisamente em sua sombra que essa arquitetura foi

marginalizada, e é a partir de sua revisão crítica que começa a ser reposicionada.

As relações entre os arquitetos e a prática da história, em uma perspectiva global, são atravessadas por uma série de transformações, entre aproximações e afastamentos, que refletem diretamente na produção historiográfica de seus respectivos contextos e recortes temporais. No cenário posterior à Segunda Guerra Mundial, segundo elucida Cohen,¹⁴ as fronteiras que separavam o arquiteto-projetista e o arquiteto-historiador ainda não eram delimitadas: organicamente, os arquitetos concebiam a história e a crítica ao mesmo tempo em que atuavam na produção arquitetônica. Essa dupla atuação, sobretudo pela proximidade com a prática arquitetônica, não deixava de influenciar nas narrativas historiográficas concebidas, tendo em vista que essa geração específica era oriunda da fundação do Movimento Moderno e de seus embates constitutivos. No Brasil, para além da escrita da história, esses intelectuais-arquitetos se vincularam também à iniciativa estatal e à institucionalização da preservação do patrimônio nacional.

Sob essa postura historiográfica operativa,¹⁵ vinculada a esses historiadores oriundos do Movimento Moderno, uma série de edifícios, arquitetos e narrativas não despontaram no horizonte de preocupações dos estudos historiográficos. Cohen reitera que a história da arquitetura é fundada em processos de inclusão e exclusão a estabelecer sua ordem de atribuições, o que tende “a uma espécie de falsificação narrativa e a uma fixação fetichista em figuras e prédios”. Ainda, segundo o autor, os primeiros textos a desviarem dessa tendência aspiram uma reabilitação de arquitetos que não foram enquadrados nas narrativas triunfalistas desses historiadores da modernidade. Essa inserção, contudo, era articulada ainda sob um viés operativo, com uma tendência moralizante como seu fim.

Essas transformações na historiografia de arquitetura elucidadas por Jean-Louis Cohen se destacam, sobretudo, a partir dos anos de 1970 – data que, não por acaso, define também o recorte temporal de nossas investigações. Em acordo com Cohen, Lira¹⁶ também destaca as transformações no campo historiográfico relativo à década de 1970,

notadamente: a aproximação entre os arquitetos e a intelectualidade, marcando a atuação ambivalente do arquiteto como historiador e intelectual; e a clivagem entre o projeto de autonomia disciplinar da arquitetura ante o postulado de determinação histórica do trabalho projetual. Além disso,

[...] desde aos anos 1970, a criação de uma nova geração de revistas não profissionais, mas de acento teórico, crítico ou ensaístico, como *Archithese* (1971), *Contropiano* (1971), *Oppositions* (1973), *Architecture Mouvement Continuité* (1974), *Architecture bis* (1974) entre outras, a renovação de plataformas editoriais de periódicos estabelecidos, como *L'architecture d'Aujourd'hui*, *Casabella* ou *Zodiac*, a sofisticação do ensino de história em cursos de graduação e a criação de programas de doutorado em arquitetura, com a formação de equipes e padrões mais estáveis de pesquisa em toda parte, a multiplicação de estudos monográficos rigorosos, com fontes e bibliografias mais amarradas, parecem ter estimulado uma onda mundial de especialização em história da arquitetura.¹⁷

Frente a essas transformações na historiografia de arquitetura em amplo contexto, no Brasil, a década de 1970 marca o surgimento dos primeiros programas de pós-graduação em arquitetura e urbanismo (mestrado, inicialmente), em 1971 na Escola de Engenharia de São Carlos (EESC-USP), e em 1972 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), a partir do qual o campo vem a alcançar uma maior maturidade, sobretudo em 1980 e 1990. O primeiro programa de doutorado no país data de 1980, na FAU-USP. É preciso ter em vista esse panorama para articular a identificação e a compreensão do surgimento e do avanço, ainda que lento e gradual, das pesquisas em torno do neocolonial na historiografia de arquitetura. Isso porque no campo historiográfico,

Dentre as múltiplas inversões propostas, surge também a do centro e da periferia, tanto de maneira

concreta quanto metafórica. É de fato nos anos 1970 que florescem as análises situando nos subúrbios das grandes cidades, no encontro das políticas de reforma social e de invenção arquitetônica, o verdadeiro núcleo da modernidade europeia. *Ao mesmo tempo, movimentos e experiências considerados marginais ou contraproducentes na saga do 'Movimento Moderno', tal como ela havia sido retrçada até ali, assumem um papel central.* É o caso da figura de Hannes Meyer, excluído da história oficial da Bauhaus, da de Heinrich Tessenow e, de modo geral, *da de todos os arquitetos operando à margem da modernidade quanto na fronteira do tradicionalismo.*¹⁸

Ainda que essas inversões e transformações pontuadas por Jean-Louis Cohen e José Lira sejam lidas sob um prisma geral, sobretudo europeu, e que não necessariamente representam a realidade do campo no Brasil, é válido destacar que existem interfaces: essas transformações repercutem também no país, ainda que posteriormente. A arquitetura neocolonial enquanto temática, por exemplo, apresenta uma série de cruzamentos com as mudanças de enfoque historiográfico pontuadas pelos autores. Primeiramente porque pode ser entendida como uma arquitetura “da modernidade”, que aspirava refletir sobre a identidade nacional dos países latino-americanos,¹⁹ marginal em relação à arquitetura dos Modernos. Por configurar-se como uma arquitetura essencialmente latino-americana e autóctone, também pode ser compreendida em linha com discussões no prisma das relações centro-periferia na arquitetura. Mas para além disso, a arquitetura neocolonial assumiu, para a historiografia da arquitetura brasileira, uma posição de antagonista diante da arquitetura do Movimento Moderno por meio da clivagem tradição-modernidade, que pautava os debates culturais no país na virada do século XIX para o XX. Tudo isso, anterior às referidas inversões no campo de estudo, colocava essa manifestação arquitetônica à margem das discussões historiográficas, sendo relegada, junto às arquiteturas ecléticas do século XIX, a um amplo esquecimento. Paradoxalmente, o avanço nos estudos destaca que uma série de

particularidades atribuídas à Arquitetura Moderna concebida no Brasil seria oriunda justamente de relações e cruzamentos de seus arquitetos e intelectuais com o neocolonial.

Toda essa mencionada transformação na historiografia de arquitetura teria ocorrido, na Europa, principalmente a partir da década de 1970. No Brasil, contudo, só viria a ser sentida de forma mais significativa, ao menos com relação ao estudo da arquitetura neocolonial, a partir dos anos de 1980. Com exceção de Paulo Santos – cuja primeira edição do livro *Quatro séculos de arquitetura* data de 1965 –, que discute o neocolonial de forma genuinamente antecipada, outros trabalhos com esforços marcadamente historiográficos acerca do neocolonial só vêm a despontar de forma mais expressiva a partir dos anos de 1990 e 2000.

A hipótese que permeia as relações entre as transformações na historiografia de arquitetura e a emergência da arquitetura neocolonial como pauta de pesquisas e debates historiográficos configura parte de nosso enfoque neste artigo. Assim, este trabalho visa contemplar algumas questões importantes à reflexão, cujas respostas permearão amplamente o debate que se segue. A citar: quando é que o tema do neocolonial se torna interessante e relevante para a historiografia de arquitetura? Como esse tema é absorvido pelos trabalhos publicados e pelas pesquisas vinculadas aos programas de pós-graduação no país? Essas leituras se difundem e são realizadas por todo o território nacional? Para tanto, é necessário que se estabeleça um aprofundamento nas particularidades desse território complexo que é a historiografia de arquitetura no Brasil.

A historiografia (modernista) de arquitetura no Brasil e o neocolonial

Em linha com as discussões oriundas das transformações no campo da historiografia de arquitetura e buscando compreender como se dão essas relações em contexto brasileiro, é importante que abordemos a trajetória desse campo de estudo no Brasil. Reconhecendo, evidentemente, que abordar essa historiografia de forma ampla configura um esforço significativo, buscamos refletir sobre passagens importantes à nossa discussão

específica e ao nosso objeto de estudo, isto é, a produção historiográfica brasileira em linha com a arquitetura neocolonial.

No Brasil, assim como coloca Cohen, para o contexto geral pós-guerra, a historiografia de arquitetura começa a se consolidar como um campo disciplinar de forma bastante vinculada a uma concepção operativa e amplamente ligada aos preceitos da arquitetura do Movimento Moderno. Isso se dá, sobretudo, pela atuação dos intelectuais que tomam para si a escrita da história da arquitetura neste país, os mesmos envolvidos na consolidação e na difusão do discurso hegemônico da Arquitetura Moderna Brasileira. Compreender os mecanismos pelos quais essa historiografia se constituiu exige que se reconheça, minimamente, as estruturas narrativas que a sustentam. Trata-se, como demonstra Carlos Alberto Ferreira Martins,²⁰ de um discurso articulado sob a forma de um mecanismo teleológico, no qual a história da arquitetura brasileira é reescrita retrospectivamente a partir do Movimento Moderno como ponto de chegada necessário. Nessa construção, a legitimidade do presente – a arquitetura moderna – é retroativamente buscada no passado colonial, numa operação que seleciona, organiza e hierarquiza os eventos históricos de acordo com sua suposta contribuição a esse destino predeterminado. Como aponta Marcelo Puppi:

O modernismo apresenta-se nos manifestos do autor [Lucio Costa] como ponto culminante de toda a história da arquitetura, seja no plano internacional, seja nacional, e, vice-versa, esta história é recontada como um processo evolutivo cujo fim último é o surgimento do modernismo.²¹

Essa estrutura narrativa, evidentemente, não é neutra: ela opera por inclusão e exclusão, consagrando certas linguagens, certos arquitetos e certos episódios, enquanto descarta ou minimiza aqueles que não se enquadram na trajetória proposta. O ecletismo foi a primeira vítima mais evidente desse processo; o neocolonial, por sua vez, ocupou uma posição ainda mais ambígua, ora identificado ao ecletismo, ora reconhecido como precedente do moderno – mas sempre em posição subordinada. Jean-Louis Cohen²²

observa que os primeiros textos historiográficos que buscaram desviar dessa tendência o fazem ainda sob um viés operativo, aspirando à reabilitação de figuras e produções excluídas pelas narrativas triunfalistas da modernidade – o que tampouco deixa de implicar uma postura moralizante. Nesse sentido, é válido reconhecer que a revisão da historiografia modernista não significa sua simples negação, mas antes o desvelamento de suas premissas e a ampliação do campo de análise para além dos pressupostos que ela naturalizou.



Fig. 1. Lucio Costa e equipe, *Vista do atual Palácio Capanema, antigo edifício do Ministério de Educação e Saúde Pública*, 2015. Reprodução fotográfica de Leonardo Finotti.

Para além da escrita da história arquitetônica nacional, esses mesmos intelectuais foram os responsáveis pela institucionalização do campo da preservação do patrimônio no país, com a criação, em 1937, do então chamado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Decreto-lei n. 25 de 1937),²³ também ancorado, inicialmente, nos preceitos do Movimento Moderno em detrimento das manifestações que eram tidas como contraproducentes à sua concepção arquitetônica: o ecletismo, junto do qual se aglutinava o neocolonial. A representação desses intelectuais se concentraria principalmente na figura de Lucio Costa, por sua profícua atuação e reconhecimento, mas contava também com outros nomes importantes como Mario de Andrade. Toda essa historiografia relativa ao século XX pode ser tomada como uma historiografia de viés modernista – isto é, que confirmava a superioridade da Arquitetura Moderna ante

as demais manifestações arquitetônicas em voga no mesmo período. Aliás, os próprios autores ao discutirem a historiografia de arquitetura brasileira nesse contexto, em geral, partiam do pressuposto de que nos anos de 1930 o modernismo, bem como o grupo modernista, já estava consolidado – algo sobre o qual cabe a discussão.



Fig. 2. Archimedes Memória, *Projeto Pax* (não construído), vencedor do concurso realizado pelo ministro Gustavo Capanema em 1935. <http://arquidia.com/obra/palacio-gustavo-capanema-mec/?lang=ptbr>

A figura de Lucio Costa é, nesse contexto, simultaneamente central e paradoxal. Sua atuação como arquiteto e como intelectual é marcada por uma trajetória que, antes de se consolidar no modernismo que ele próprio ajudaria a difundir e institucionalizar, passou pelo ecletismo e, especialmente, pelo neocolonial. Essa dimensão biográfica e intelectual não é um mero detalhe de formação: ela é constitutiva da complexidade que caracteriza o período e que a própria historiografia modernista tendeu a apagar ou a reinterpretar retrospectivamente como um "equivoco" superado. Maria Lucia Bressan Pinheiro é quem com maior precisão analítica examina essa pluralidade em Costa.²⁴ Ao reconstruir o debate cultural dos anos 1920, a autora demonstra que o arquiteto não apenas transitou pelo neocolonial, mas o defendeu com convicção num dado momento de sua trajetória, antes de realizar uma inflexão em direção ao modernismo.

Esse percurso não foi exclusivo de Costa: Guilherme Wisnik também aponta a proximidade inicial entre Costa e Mário de Andrade com o neocolonial, o que reitera o quanto as fronteiras entre as vertentes culturais e arquitetônicas do período eram mais porosas do que a historiografia posterior

faria crer.²⁵ A trajetória de Costa é, nesse sentido, um exemplo privilegiado das tensões e ambiguidades que perpassavam o campo cultural e arquitetônico brasileiro na passagem dos anos 1920 para os 1930. Sua posterior adesão ao modernismo – e, mais ainda, seu papel como seu principal formulador historiográfico no país – não elimina a legitimidade de sua fase neocolonial; ao contrário, torna-a historiograficamente mais relevante, na medida em que evidencia que o modernismo brasileiro não emergiu do vácuo, mas se construiu também em relação crítica (e por vezes ambígua) com as práticas que o precederam e coexistiram com ele. É precisamente essa ambiguidade que a historiografia operativa de viés modernista buscou contornar, ora silenciando o passado eclético e neocolonial de seus protagonistas, ora reinterpretando-o como uma etapa necessária de formação que culminaria, inevitavelmente, na arquitetura moderna. Reconhecer essa pluralidade em figuras como Lucio Costa não é, portanto, uma operação de desconstrução gratuita, mas um gesto historiográfico necessário para a compreensão mais honesta e complexa do campo.

A presença dos “modernistas na repartição”, usando a expressão de Lauro Cavalcanti,²⁶ vinculada ao governo de Getúlio Vargas, é um ponto basilar para a compreensão dessa linha historiográfica. A aproximação dos intelectuais modernistas com o Estado denota a crença do modernismo no caráter de renovação e transformação atribuído a este, além da possibilidade concreta de aplicar os seus preceitos teóricos de reinterpretação e reinvenção do país na prática. Essa aproximação é marcada simbolicamente pela escolha do projeto e dos arquitetos para a construção da sede do Ministério da Educação e Saúde Pública²⁷ (1936-45) (**Fig. 1**) no Rio de Janeiro: o projeto vencedor do concurso, *Projeto Pax*, de inspiração neoclássica com elementos marajoaras (**Fig. 2**) não foi construído, sendo substituído por um projeto moderno de Lúcio Costa e equipe (**Fig. 3**). Outro marco simbólico é a composição do corpo intelectual do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). É por meio dessa aproximação que se reconhece o êxito do modernismo como política cultural no

Brasil. Com isso, os intelectuais modernistas passam a “deter as rédeas da edificação do futuro e da reconstrução do passado ou, em outras palavras, escrever simultaneamente o mapa astral e a árvore genealógica do país”.²⁸ Essa árvore genealógica teria em suas raízes a arquitetura colonial brasileira, mas aqueles galhos que destoassem da trajetória proposta, de veia eclética ou neocolonial, seriam podados.

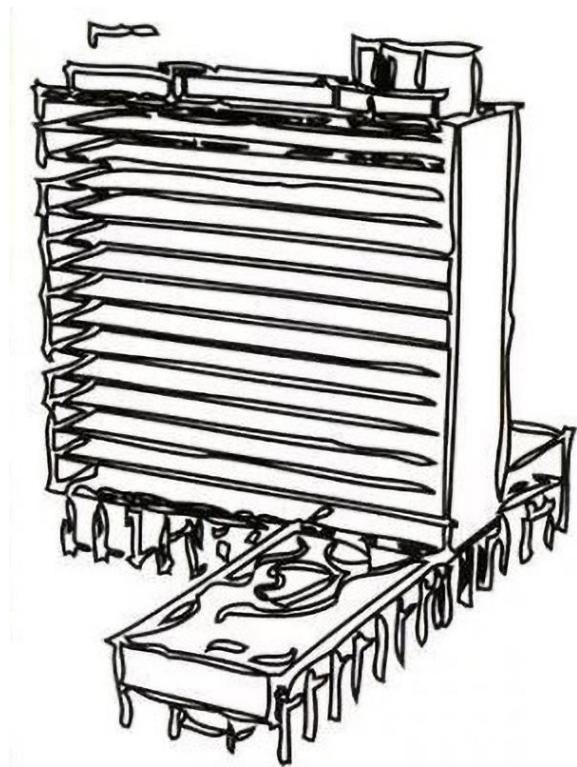


Fig. 3. Lucio Costa e equipe, *Croqui para o edifício do Ministério da Educação e Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 1936. <http://arqguia.com/obra/palacio-gustavo-capanema-mec/?lang=ptbr>

Essa discussão é articulada também por Marcelo Puppi no livro *Por uma história não moderna da arquitetura brasileira*. Puppi trata de debates relativos à historiografia de arquitetura no Brasil e suas estruturas narrativas, de forma a elucidar, sobretudo, o apagamento do ecletismo dessa “linha evolutiva” em que se pauta a história da arquitetura nacional. Puppi aponta que os intelectuais modernistas, nomeadamente Lucio Costa, ao esquematizarem essa historiografia a partir de um viés evolutivo, que emergia na arquitetura colonial e atingia seu ápice na arquitetura moderna, teriam considerado o ecletismo (e o neocolonial, por

consequente) como um estrangeirismo desqualificado. Aponta também que leituras historiográficas posteriores, a citar o exemplo de *Arquitetura Contemporânea no Brasil* de Yves Bruand, reverberariam a narrativa de Costa em suas apresentações e articulações.

No Brasil, os campos da historiografia da arquitetura e da cidade, enquanto disciplinas, só vieram a se firmar de fato entre os anos de 1980 e 1990, quando houve a consolidação dos programas de pós-graduação ao redor do país, para além daqueles pioneiros vinculados à Universidade de São Paulo nos anos de 1970.²⁹ Antes dessa consolidação efetiva, porém, já existiam publicações e produções textuais que se estabeleciam fora da linha historiográfica, partindo de outros interesses além da história da arquitetura em si. Escritos que visavam outros propósitos, muitas vezes voltados a um público mais amplo, a uma audiência não especializada. É o caso de livros de amplo reconhecimento, como *Brazil Builds: Architecture New and Old, 1652-1942* (1943) escrito por Philip Goodwin,³⁰ que constitui livro-documento importante para a compreensão da história da arquitetura moderna brasileira, tido como o marco inaugural dessa “trama historiográfica” da arquitetura brasileira, produzido inicialmente como catálogo da exposição de mesmo nome no MoMA, em Nova Iorque. É válido mencionar que este livro, por sua vez, também tem suas construções narrativas derivadas daquelas de Lucio Costa – cujo enfoque se volta ao Brasil colonial e ao Brasil moderno, em detrimento da abordagem de obras do século XIX.

Na perspectiva da escrita da história da arquitetura brasileira, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) assume um papel importante que se estabelece a partir de publicações e documentações que são oriundas de sua atuação. Tais publicações consistiam, inicialmente, de pareceres técnicos, inventários, artigos e monografias, produzidos no próprio trabalho da instituição ou em cursos voltados à capacitação de seu corpo de funcionários e técnicos. A publicação da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vinculada à instituição e veiculada desde seu surgimento em 1937,³¹ também é um ponto focal importante. Desse meio, surgiram trabalhos como *O Desenvolvimento da civilização*

material no Brasil, monografia desenvolvida por Afonso Arinos de Melo Franco em novembro de 1941, editada pelo SPHAN na série *Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*.³² Esse livro marca um esforço inédito na interpretação da história nacional em vias da preservação do patrimônio.³³ Contudo, com esforços mais voltados ao inventário da arquitetura e sua preservação, as publicações feitas por intermédio do SPHAN não eram essencialmente textos com a metodologia própria a trabalhos de história *stricto sensu*.

Antes da referida consolidação dos primeiros programas de pós-graduação no Brasil, a produção que era de fato historiográfica, exígua naquele momento, era oriunda, como aponta Guerra,³⁴ “da falta de consistência teórica e metodológica” da pesquisa realizada nas universidades brasileiras, além do caráter endógeno nas áreas de produção, tanto das obras quanto da divulgação, que compartilhavam dos princípios da “boa arquitetura” de Lucio Costa. Dentro desse cenário incipiente, a influência da Arquitetura Moderna se firma no país como vertente hegemônica para além do campo do projeto, incidindo também na historiografia. Aquelas manifestações arquitetônicas que não se enquadravam na linha evolutiva compreendida pela Arquitetura Moderna Brasileira e seus intelectuais, passariam a ter, por décadas, pouco destaque também no debate historiográfico e nas pesquisas.

Em se tratando da produção bibliográfica, o livro de Yves Bruand, *Arquitetura Contemporânea no Brasil*,³⁵ constituiu-se como um dos primeiros e mais populares livros produzidos a tratar de forma tão ampla da trajetória da arquitetura brasileira, inserido em um cenário no qual a bibliografia sobre o assunto era escassa. Configura, assim, uma importante contribuição à historiografia da arquitetura no Brasil. A publicação assumiu um certo caráter didático ao ensino de história da arquitetura, cuja relevância, ainda que mais difusa, se mantém ainda hoje. O livro é resultado da pesquisa de doutorado de Bruand na *École des Chartes*, *L'architecture contemporaine au Brésil*.

A arquitetura neocolonial está brevemente presente no trabalho de Bruand, quando o autor trata das três primeiras décadas do século XX. Essa arquitetura é compreendida

como uma “etapa necessária” para se chegar na “verdadeira arquitetura” (isto é, moderna) que seria influenciada pela ideia do neocolonial, principalmente no que concerne à redescoberta de uma cultura nacional. Essa construção articulada por Bruand, envolvendo a “evolução” da arquitetura brasileira através de “etapas” até o Moderno, reitera a dependência das narrativas para com as ideias de Lucio Costa. Marcelo Puppi³⁶ aponta, contudo, que a adesão de Bruand a Costa não se daria de forma incondicional, mas em especial àquela ideia que “advoga um funcionalismo artístico puro e simples e, principalmente, como ficará claro adiante, o que condena em bloco o ‘decorativismo’ eclético”. Ademais, no que toca ao neocolonial e às noções esboçadas acerca de sua influência à Arquitetura Moderna, torna-se patente a referência em outro trabalho anterior que é fundamental à nossa reflexão: o livro *Quatro Séculos de Arquitetura no Brasil* de Paulo Santos.³⁷

Ao apontar Paulo Santos como um dos referenciais de Bruand acerca do neocolonial, é importante debater as particularidades da publicação de *Quatro séculos de arquitetura no Brasil*, publicado pela primeira vez em 1965 e reeditado em 1977 e 1981. Paulo Santos traz uma visão que destoa, em parte, daquela que viria a se tornar hegemônica. O livro “representa um marco na historiografia brasileira, reconhecimento atestado pelos estudiosos da história da arte Germain Bazin e Clarival do Prado Valadares”³⁸ e, de forma significativamente antecipada, aproxima o neocolonial da Arquitetura Moderna em um momento em que pouco se discutia sobre a primeira: “em que pese os aparentes antagonismos, o Movimento Neocolonial e o Moderno tiveram pontos de contato à procura da substância brasileira, da cultura brasileira, da realidade brasileira”. Note que Paulo Santos trata a arquitetura neocolonial como *movimento*. É válido mencionar também que a abordagem aproximada entre o neocolonial e o moderno (tradição e modernidade) para além de seus antagonismos, tem-se revelado, na contemporaneidade, como uma alternativa importante e válida para uma compreensão mais aprofundada de ambas as vertentes.

Santos não só dá profundidade ao assunto da arquitetura neocolonial, discutindo sobre suas raízes, seus atores e arquitetos, sua presença na Exposição do Centenário da

Independência do Brasil em 1922, no Rio de Janeiro, mas trata também da influência dos estilos hispânicos e da ampla presença do *mission style* no Brasil. Tão adiantada data de publicação, permite que se especule se essa não seria a primeira vez em que há, sob uma perspectiva historiográfica, uma leitura do “saldo positivo do Neocolonial”,³⁹ nas próprias palavras de Paulo Santos.

Nem pelo que tinha de negativo deixou o Neocolonial de ter sua significação – e não apenas como expressão da sensibilidade romântica da época, mas como fator positivo, já que teria paradoxalmente influído no próprio movimento dito Moderno e para a criação de condições propícias ao estudo de questões de raça, costumes, economia e vida social e artística do nosso povo.⁴⁰

Contudo, como é patente na citação apresentada, e como é discutido também por Puppi, Paulo Santos não abandona a ideia do princípio evolutivo das formas, derivado do pensamento de Costa, ainda que de uma forma diferenciada. Nesse sentido, o neocolonial ainda funcionaria como uma “etapa necessária” à Arquitetura Moderna tal qual foi concebida, esse que seria supostamente um de seus grandes louros. Esse pensamento não inviabiliza a ampla contribuição de Santos ao reconhecimento e à história da arquitetura neocolonial, fato que, em acordo com Puppi, apesar de certo exagero em sua análise,⁴¹ é parte significativa da fortuna de sua contribuição historiográfica. É notável que as contribuições de Santos acerca do “movimento neocolonial” configuram bases para discussões que emergem em sua sequência.

Diante dessa análise contextual incipiente, é patente que sob a égide da influência moderna na historiografia de arquitetura no Brasil e através do mecanismo teleológico de escrita da história da arquitetura brasileira cunhado por Lucio Costa, uma série de edifícios, projetos, arquitetos e eventos históricos acabaram se tornando marginais a essa narrativa histórica, independente do destaque que tiveram à sua época. O neocolonial é uma dessas manifestações

arquitetônicas que por décadas não foi objeto de ampla atenção historiográfica, ainda que tenha sido amplamente adotado pela sociedade civil. Para além da arquitetura neocolonial, outros eventos que circundam essa manifestação arquitetônica também foram relegados a esse lugar marginal nas discussões. Um exemplo importante e até recentemente pouco discutido são as relações de referência cultural estabelecidas entre Estados Unidos e Brasil no que concerne à concepção de espaços arquitetônicos e urbanos.⁴² Nessas discussões, a arquitetura neocolonial, *mission style* principalmente, emerge como um reflexo dessas relações e é compreendida a partir de um viés pan-americanista.

Atique aponta que a historiografia da arquitetura e da cidade brasileira apresenta um predomínio de narrativas que têm, na presença europeia, a constituição de seu aspecto formal, o que contempla, de fato, a inegável ação do continente europeu sobre o Brasil. Tratando-se das referências estadunidenses, conquanto existam estudos consolidados nas ciências humanas que comprovem aproximações culturais, econômicas e políticas entre esses contextos, tais estudos ainda são escassos no que toca ao desenvolvimento de espaços urbanos ou arquitetônicos. A ausência de uma abordagem Estados Unidos-Brasil gera, segundo o autor, uma “imagem nebulosa da presença norte-americana” no país e tem consequências históricas. À medida que o trabalho se aprofunda nos estudos que gravitam em torno do neocolonial, o autor reitera o caráter marginal assumido por alguns temas em decorrência do mecanismo teleológico da historiografia de arquitetura brasileira calcado em Lucio Costa. Essa é uma das justificativas apontadas por Atique para a escassa discussão em torno das referências norte-americanas naquele contexto, porque “os autores vinculados a esta forma de interpretar a história da arquitetura muito pouco revelaram dos germanismos e, principalmente, dos americanismos presentes no país desde os finais do século XIX”.⁴³ Soma-se a isso o “o desconforto de pensar o papel dos Estados Unidos em pleno período da Guerra Fria”.⁴⁴

Nessa linha de discussão, vale mencionar também a repercussão historiográfica diminuta da Exposição do Centenário da

Independência de 1922 no Rio de Janeiro (**Fig. 4**), que vem a receber maior atenção das pesquisas em história e historiografia da arquitetura brasileira nas investigações de Pinheiro e Sant'Ana. A Exposição que, aos seus contemporâneos se imaginava ter lugar de destaque na história do país, fato atestado por sua ampla repercussão nos jornais da época, acabou tendo um reconhecimento histórico menor. Em detrimento dessa, a Semana de Arte Moderna, por sua vez, realizada no mesmo ano de 1922 em São Paulo, de muito menor alcance à época, foi associada à ideia de modernidade de fato. A arquitetura expressa na Exposição carioca era, sobretudo, neocolonial (**Fig. 5**).



Fig. 4. Raphael Galvão, *Porta Norte da Exposição do Centenário da Independência no Rio de Janeiro, 1922*. Coleção particular de Olinio Coelho, imagem retirada do trabalho: Thais Rezende da Silva de Sant'Ana, *A Exposição Internacional do Centenário da Independência: Modernidade e política no Rio de Janeiro dos anos 1920* (dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2008), 73.

Todas essas transformações, reconhecimentos e reflexões, ainda que recentes, denotam como esse modo de concepção historiográfica modernista tem sido superado. Nessa perspectiva, as transformações na historiografia de arquitetura brasileira vão em linha com o cenário global posterior aos anos de 1960 e 1970, conforme a elucidação de Cohen, somado às particularidades do contexto nacional, levando ao que Rocha-Peixoto chama de “modo historiográfico-culturalista”⁴⁵ de se pensar a relação entre a arquitetura e a história. Esse modo partiria, inicialmente, de uma crítica ao movimento moderno na arquitetura, somado a um reflexo da presença do regime militar nas

universidades brasileiras, e se altera significativamente com a virada linguística da história:⁴⁶ não compreende dogmas, mas um legítimo pluralismo científico, a partir do qual as noções de história e teoria não se distinguem.



Fig. 5. Archimedes Memória e Francisque Cuchet, *Pavilhão das Indústrias, 1922*. Coleção particular de Olinio Coelho, imagem retirada do trabalho: Thais Rezende da Silva de Sant'Ana, *A Exposição Internacional do Centenário da Independência: Modernidade e política no Rio de Janeiro dos anos 1920* (dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2008), 77.

Uma mudança no paradigma historiográfico

As pesquisadoras Ana Claudia Veiga de Castro e Joana Mello de Carvalho e Silva apontam que, no Brasil, as transformações relativas à influência desse modo historiográfico-culturalista na forma de conceber a história e a historiografia da arquitetura possibilitaram uma ampla revisão da historiografia modernista. Com isso, ampliaram-se a “investigação de períodos, instituições e personagens que haviam sido pouco explorados, dentro e fora do sistema moderno, além de uma intenção renovada de estabelecer diálogos entre o país e a América Latina”.⁴⁷

Seria, portanto, junto a essa perspectiva historiográfico-culturalista que a arquitetura neocolonial começaria a obter algum espaço de maior destaque nos debates da historiografia da arquitetura brasileira. Sua primeira inserção significativa como tema central de uma publicação data de 1994:⁴⁸ o primeiro trabalho de destaque sob uma abordagem historiográfica a atribuir ao neocolonial o enfoque central é o livro *Arquitetura Neocolonial: América Latina*,

Caribe, Estados Unidos, coletânea de textos organizada por Aracy Amaral, oriunda do Seminário *El neocolonial en América Latina*, coordenado pela professora com apoio da Fundação Memorial da América Latina.⁴⁹ Refletindo aspectos dessa mudança nos modos de concepção historiográfica, o livro investiga um objeto até então pouco explorado sob um prisma de discussão latino-americana transnacional. Este pesquisador publicou um artigo centrado nos trabalhos de Aracy Amaral alinhados ao neocolonial e sobre a história envolvendo a publicação do livro em uma perspectiva transnacional.⁵⁰

A antologia organizada por Aracy Amaral marca um ponto importante na historiografia da arquitetura neocolonial no Brasil (e na América Latina), inaugurando um campo de discussão que se expande com o passar dos anos junto ao avanço das pesquisas. Por se tratar de um volume antológico a contemplar contextos diversos, o alcance do livro foi significativamente maior frente a outros trabalhos que aspiraram discutir o tema anteriormente. Além disso, a colaboração de figuras importantes aos debates de história da arquitetura por todo o continente americano, como Carlos Lemos, Marina Waisman, Ramon Gutierrez e a própria Aracy Amaral, conferia legitimidade ao que era discutido. O livro configura uma referência carimbada, em que pese a generalização, a praticamente todos os trabalhos que discutem a arquitetura neocolonial publicados na sequência.

No volume organizado por Amaral, as perspectivas acerca do Brasil são contempladas nos textos de Carlos Lemos, Augusto da Silva Telles e Ricardo Marques de Azevedo – todos arquitetos com atuação proeminente na pesquisa e na docência em história da arquitetura e da arte. A análise de seus textos revela, de modo significativo, os limites e as possibilidades historiográficas do momento em que foram escritos, situados no limiar de uma revisão que ainda não se concluíra. Carlos Lemos, no texto *El estilo que nunca existió* (1994), possivelmente a contribuição mais difundida acerca do tema naquele contexto, adota uma postura que merece atenção particular. Ao argumentar que o neocolonial configurou uma solução amplamente aceita e "moderna" para seu período – "não se tratava de uma ideia elitista, mas de uma tipologia 'moderna' que fazia esquecer as tristes casas de antes da

guerra" –,⁵¹ Lemos reconhece a penetração social do movimento e seu papel como resposta às demandas de uma sociedade em transformação. Ao mesmo tempo, sua leitura ancora o surgimento do ideário neocolonial no Brasil, em grande medida, como reação à arquitetura dos imigrantes, ou seja, à produção eclética: o referencial nacionalista teria emergido "não por amor às antigas soluções estilísticas, mas pela necessidade de um gesto de afirmação nacionalista por parte do dono da casa que se opunha ao imigrante cheio de novidades".⁵² Essa interpretação é historicamente plausível para o contexto paulistano, embora, como mostra Pinheiro,⁵³ reduza a dimensão do ideário neocolonial ao seu aspecto reativo, desconsiderando a profundidade intelectual das proposições de Ricardo Severo e José Marianno Filho, cada qual com suas especificidades.

Com relação aos demais autores, Augusto da Silva Telles, por sua vez, aborda o neocolonial a partir de sua perspectiva como estudioso da arquitetura colonial e do patrimônio, o que confere a seu texto um acento voltado às relações entre o movimento e a valorização do legado colonial. Sua contribuição situa-se, portanto, em linha com aquele que é um dos reconhecimentos mais consistentes acerca do neocolonial na historiografia: o papel que desempenhou no despertar de uma consciência preservacionista no Brasil. Já Ricardo Marques de Azevedo, cuja formação dialoga com a história da arte, traz ao volume uma reflexão de caráter mais crítico quanto à produção formal neocolonial, sem, contudo, deixar de reconhecer as implicações culturais do movimento. Seus apontamentos reforçam a tensão, presente em todo o volume, entre o reconhecimento do papel histórico do neocolonial e a persistência de uma avaliação desfavorável de sua linguagem arquitetônica, avaliação que, como este artigo busca demonstrar, é em grande medida tributária do olhar modernista que o próprio volume, a seu modo, ainda carrega.

De modo geral, as contribuições brasileiras ao livro organizado por Amaral apresentam um tom mais reservado, quando não abertamente crítico, em comparação com as análises de outros contextos latino-americanos ali reunidas. Essa assimetria é significativa e revela, como argumentamos, a força da hegemonia modernista na historiografia da arquitetura brasileira naquele momento.

Ainda assim, o simples fato de o neocolonial figurar como enfoque central de uma publicação dessa natureza e alcance constitui, por si só, um deslocamento historiográfico relevante – o reconhecimento de que essa arquitetura merecia ser discutida em seus próprios termos, e não apenas como antecâmara ou desvio da modernidade.

Tomamos, assim, o livro *Arquitetura Neocolonial...* como um marco, justamente porque é principalmente a partir de sua publicação que o cenário acerca do neocolonial começa a se transformar de forma mais significativa, ainda que lenta e gradualmente. A pesquisadora Luciana Mascaro,⁵⁴ em sua tese de doutorado, faz uma ampla leitura da presença do neocolonial na historiografia de arquitetura desde os primeiros debates nos anos de 1930, e enfatiza como é somente a partir dos anos 1980 e, principalmente, 1990 que essa arquitetura passa a ser lida sob outros enfoques – cuja influência acreditamos ser oriunda, dentre uma série de outros fatores, da publicação organizada por Amaral.

Em que pese a atualização no paradigma historiográfico, foi realizado, por este pesquisador, um mapeamento documental acerca das produções envolvendo a temática da arquitetura neocolonial.⁵⁵ Ainda que os resultados sejam mais complexos, cabe uma breve apresentação de detalhes importantes. Até os anos 2000, somente quatro trabalhos são identificados, por esta pesquisa, a discutir o neocolonial como enfoque principal: a dissertação de mestrado *As fachadas na arquitetura paulistana: o estilo Missões*, de Eduardo de Jesus Rodrigues,⁵⁶ o livro *Arquitetura Neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos*, organizado por Aracy Amaral em 1994;⁵⁷ o artigo de William Bittar, *O Movimento Neocolonial na arquitetura do Brasil*,⁵⁸ posteriormente publicado como capítulo de livro em 1999; e o artigo *Estilo, Discurso, Poder: Arquitetura Neocolonial no Brasil* de Carlos Kessel.⁵⁹ Isso, sem levar em conta, ainda, a repercussão (certamente restrita) dessas publicações ou o caráter teórico desses textos. Isso é consequência, por um lado, da compreensão que tem o neocolonial como mais uma vertente historicista do ecletismo, englobado, portanto, em publicações cujo tema era a arquitetura eclética.⁶⁰ Por outro lado, reflete justamente a influência

hegemônica estabelecida por Lucio Costa que, de um modo ou outro, tem seu esquema interpretativo tomado como base para o trabalho historiográfico em arquitetura, cunhando, como aponta Carlos Martins, um mecanismo teleológico da escrita da história da arquitetura.

Os escritos do arquiteto [Lucio Costa] têm uma função claramente operativa, visando sempre e, sobretudo, de um lado, divulgar os princípios do movimento moderno no país, e de outro, fundar uma vertente local do movimento. [...] Consequentemente o modernismo apresenta-se nos manifestos do autor como ponto culminante de toda a história da arquitetura, seja no plano internacional, seja nacional, e, vice-versa, esta história é recontada como um processo evolutivo cujo fim último é o surgimento do modernismo.⁶¹

A partir dos anos 2000, os trabalhos acerca do neocolonial apresentam um crescimento significativo. Segundo nossas investigações, tal crescimento é motivado, dentre outros fatores, pela publicação de trabalhos centrais para a desconstrução dessa visão que se “cristalizou” na historiografia acerca do neocolonial: a tese de doutorado de Carlos Kessel, *Entre o pastiche e a modernidade: arquitetura neocolonial no Brasil*, posteriormente publicada na forma de livro, em 2008, pela editora Jauá;⁶² a dissertação de mestrado de Joana Mello de Carvalho e Silva, *Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo: Porto 1869 – São Paulo 1940*,⁶³ posteriormente adaptada como livro, em 2007, publicado pela editora Annablume, em São Paulo, e pela editora Dafne, no Porto;⁶⁴ o já citado trabalho de livre docência de Maria Lucia Bressan Pinheiro, de 2005, *Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil*, posteriormente publicado na forma de livro em, 2011, pela editora da Universidade de São Paulo;⁶⁵ e a tese de doutorado de Fernando Atique, *Arquitetando a “Boa Vizinhança”: a sociedade urbana do Brasil e a recepção do mundo norte-americano, 1876-1945*⁶⁶ publicada como livro, em 2010, por Pontes Editores, em São Paulo.⁶⁷

Apesar da influência desses trabalhos e do aumento significativo no número de publicações sobre o tema, até o ano de 2020 ainda era restrito o número de investigações que centra o enfoque diretamente sobre a arquitetura neocolonial, sobretudo se compararmos com o massivo volume de publicações sobre outras vertentes arquitetônicas, como a própria arquitetura moderna. Oportunamente, a abordagem da temática neocolonial tem conhecido, na atualidade, uma crescente, o que se confirma por meio da realização do *Seminário Internacional Arquitetura Neocolonial: Balanço crítico e novas perspectivas* e a publicação de um grupo relevante de contribuições acadêmicas nos Anais do evento.⁶⁸ Todavia, ainda há um amplo percurso a seguir.

Notas

¹ Mario de Andrade, “Crônica”, *Ilustração Brasileira* 6 (fevereiro 1921).

² Lucio Costa, *Lucio Costa: Registro de uma vivência* (São Paulo: Editora 34; Edições Sesc São Paulo, 2018, publicado originalmente em 1995).

³ A conferência de Ricardo Severo em 1914 firmou-se como o grande marco inaugural do neocolonial no Brasil para a historiografia, tornando-se uma informação amplamente difundida, presente na maioria dos trabalhos publicados sobre o tema. Vale mencionar que o pesquisador Fernando Atique (2011) se atenta ao fato de que essa informação é pouco debatida no campo. Traz, como contrapartida, o exemplo da sede da Casa das Américas (1907), projetada em Washington, D.C., que poderia ser apontada como uma realização neocolonial (em um viés pan-americanista) anterior à conferência de Severo. O autor chama atenção, também, ao fato das proposições de Severo não terem sido avaliadas sob um caráter “estrangeiro” ou “exógeno”, ainda que a referência maior para sua arquitetura tradicional no Brasil fosse nomeadamente a cidade do Porto, em Portugal. Cf. Fernando Atique, “Urdiduras Continentais no debate acerca do *Mission Style*. Notas sobre o Pan-Americanismo na Arquitetura Neocolonial”, *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, nº 10 (2011): 174–212.

⁴ “A publicação de sua conferência de 1914 e de outra palestra, proferida na Escola Politécnica de São Paulo em 1917, constituem as primeiras tentativas de sistematização do conhecimento sobre a arquitetura tradicional brasileira. Todavia, a manifestação pioneira de Severo não encontrou rebatimento imediato em forma de obras realizadas, porquanto a deflagração da Primeira Guerra (1914-1918) repercutiu negativamente no ritmo da construção civil no país. Victor Dubugras, nesse sentido, já em 1915 projetava as primeiras casas de inspiração tradicional na cidade de Santos [Motta 1957]”. Hugo Segawa, *Arquiteturas no Brasil 1900–1990* (São Paulo: EDUSP, 1998), 35.

⁵ Guilherme Wisnik, “Plástica e anonimato: modernidade e tradição em Lucio Costa e Mário de Andrade”, *Novos Estudos – CEBRAP*, no. 79 (novembro 2007): 169–193; Thais Rezende da Silva de Sant’Ana, *A Exposição Internacional do Centenário da Independência: modernidade e política no Rio de Janeiro dos anos 1920* (dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2008); Luciana Pelaes Mascaro, “Difusão da arquitetura neocolonial no interior paulista, 1920-1950” (tese de doutorado, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2008); Maria Lucia Bressan Pinheiro, *Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil* (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2011).

⁶ Bressan Pinheiro, *Neocolonial, modernismo e preservação*.

⁷ Annateresa Fabris, “Arquitetura Eclética no Brasil: O cenário da modernização”, *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, nº 1 (1993).

⁸ Giovanni Blanco Sarquis e Candido Malta Campos Neto, “A arquitetura como expressão da modernidade em Belém entre 1930 e 1964”, *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo* 3, nº 1 (2003): 29–51.

⁹ Marcelo Saldanha Sutil, “Beirais e platibandas: A arquitetura de Curitiba na primeira metade do século 20” (tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, 2003); Carlos Kessel, *Arquitetura Neocolonial no Brasil: Entre o pastiche e a modernidade* (Rio de Janeiro: Jauá, 2008).

¹⁰ Apesar do exemplo, é válido mencionar que a arquitetura exposta na Semana de Arte Moderna e a própria semana em si tiveram pouca repercussão para além do contexto paulista naquele momento. Carlos Kessel, “Vanguarda Efêmera: Arquitetura neocolonial na Semana de Arte Moderna de 1922”, *Estudos Históricos*, nº 30 (2002): 96; Bressan Pinheiro, *Neocolonial, modernismo e preservação...*, 95, 97.

¹¹ Philip Goodwin, *Brazil Builds. Architecture New and Old* (New York: The Museum of Modern Art, 1943).

¹² Carlos Alberto Ferreira Martins, “Arquitetura e Estado no Brasil: elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil; a obra de Lucio Costa 1924/1952” (dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 1987); Adriana Leal de Almeida Freire, “Recepção e difusão da arquitetura moderna brasileira: uma abordagem historiográfica” (tese de doutorado, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2015).

¹³ Ver João Paulo Campos Peixoto, *Arquitetura neocolonial: debates historiográficos no Brasil (1970-2020)* (São Paulo: Annablume, 2024).

¹⁴ Jean-Louis Cohen, “Da afirmação ideológica à história profissional”, *Desígnio: revista de história da arquitetura e do urbanismo*, nº 11–12 (2011).

¹⁵ Para uma compreensão mais ampla acerca da historiografia operativa, ver José Tavares Correia de Lira, “Arquitetura, historiografia e história operativa nos anos 1960”, em *Cidade Moderna e Contemporânea: síntese e paradoxo das artes-trabalhos completos* (Rio de Janeiro: Docomomo, 2009).

¹⁶ José Tavares Correia de Lira, “A história e o fazer da arquitetura”, *Desígnio: Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo*, nº 11–12 (2011).

¹⁷ Tavares Correia de Lira, “A história e o fazer...”, 14.

¹⁸ Cohen, “Da afirmação ideológica...”, 48.

¹⁹ Francisco Ramírez Potes, Jaime Gutierrez Paz, e Rodrigo Uribe Arboleda, *Arquitecturas Neocoloniales:*

Cali 1920-1950 (Cali: Universidad del Valle, Programa Editorial, 2000); Kessel, *Arquitetura Neocolonial*.

²⁰ Carlos Alberto Ferreira Martins, *Arquitetura e Estado no Brasil: elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil; a obra de Lucio Costa 1924/1952* (dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 1987).

²¹ Marcelo Puppi, *Por uma história não moderna da arquitetura brasileira: questões de historiografia* (Campinas: Pontes, 1998), 182.

²² Cohen, “Da afirmação ideológica...”.

²³ Sobre a consolidação do campo do patrimônio no Brasil, ver Marcia Chuva, *Os arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil* (Rio de Janeiro: UFRJ, 2009).

²⁴ Bressan Pinheiro, *Neocolonial, modernismo e preservação*.

²⁵ Guilherme Wisnik, “Plástica e anonimato: modernidade e tradição em Lucio Costa e Mário de Andrade”, *Novos Estudos – CEBRAP*, nº 79 (2007): 169–193.

²⁶ Lauro Cavalcanti, *Modernistas na repartição* (Rio de Janeiro: UFRJ; Paco Imperial/Tempo Brasileiro, 1993).

²⁷ O projeto para o edifício do Ministério da Educação e Saúde Pública foi aberto à concurso público, cuja proposta vencedora fora do arquiteto Archimedes Memória, concebida em estilo eclético. Arbitrariamente preterida pelo ministro Gustavo Capanema que, com aval do presidente, solicitou novo projeto (moderno) à equipe composta por Lucio Costa, Affonso Reidy, Ernâni Vasconcelos, Carlos Leão, Jorge Moreira e Oscar Niemeyer, ver Alberto Xavier, *Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira* (São Paulo: Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura (ABEA); Fundação Vilanova Artigas, 1987).

²⁸ Lauro Cavalcanti, “Modernistas, arquitetura e patrimônio”, in *Repensando o Estado Novo*, ed. Dulce Pandolfi (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995), 345.

²⁹ Joana Mello de Carvalho e Silva e Ana Claudia Veiga de Castro, “História e historiografia da arquitetura e da cidade”, in *Anais do IV Enanparq: Estado de Arte*, ed. Claudia Costa Cabral e Carlos Eduardo Comas (Porto Alegre: PROPARG, 2016).

³⁰ Goodwin, *Brazil Builds*.

³¹ É válido mencionar que a *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* perdurou; seu volume mais recente foi publicado em 2019 (até o momento de redação desta dissertação).

³² Afonso Arinos de Melo Franco, *Desenvolvimento da civilização material no Brasil* (Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1944).

³³ Robson Orzari Ribeiro, “Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Textos de História da Arte engajados na política de preservação no Brasil” (dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2013).

³⁴ Abilio Guerra, “A construção de um campo historiográfico”, in *Textos fundamentais sobre a história da arquitetura moderna brasileira – Parte 1* (São Paulo: Romano Guerra, 2010).

³⁵ Yves Bruand, *Arquitetura Contemporânea no Brasil* (São Paulo: Perspectiva, 1981).

³⁶ Puppi, *Por uma história...*, 102.

³⁷ Paulo Santos, *Quatro séculos de arquitetura no Brasil* (Rio de Janeiro: IAB, 1981; publicado originalmente em 1965).

³⁸ Maria Ligia Fortes Sanches, “Construções de Paulo Santos”, in *I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo* (Rio de Janeiro, dezembro 2010).

³⁹ Cf. Santos, *Quatro séculos...*, 95.

⁴⁰ Santos, *Quatro séculos*.

⁴¹ Ainda que concordemos acerca da fortuna da contribuição historiográfica de Paulo Santos, acreditamos que seja desmedida a afirmação de Marcelo Puppi quando coloca que “de Paulo Santos em diante, ninguém historiou a arquitetura moderna brasileira sem destacar amplamente a influência (em ‘espírito’) recebida do neocolonial”. Puppi, *Por uma história...*, 97.

⁴² Fernando Atique, “Arquitetando a ‘Boa Vizinhança’: a sociedade urbana do Brasil e a recepção do mundo norte-americano, 1876-1945” (tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2007).

⁴³ Atique, “Arquitetando a ‘Boa Vizinhança’”..., 9.

⁴⁴ Atique, “Arquitetando a ‘Boa Vizinhança’”..., 10.

⁴⁵ Cf. Gustavo Rocha-Peixoto, *A estratégia da aranha* (Rio de Janeiro: Rio Books, 2013), 69.

⁴⁶ De forma bastante sucinta, a chamada *virada linguística* influenciou na queda das sínteses hegelianas na história, a partir da qual “a história passa a ser vista enquanto narrativa idêntica a qualquer outra, como a narrativa ficcional, embora baseada em fatos e documentos. Enquanto tal, ela é uma operação literária que depende das intenções do autor”. Rocha-Peixoto, *A estratégia...*, 77.

⁴⁷ Nessa passagem, diversos autores são referenciados. Ver Ana Claudia Veiga de Castro e Joana Mello de Carvalho e Silva, “Dossiê Fazer História: o estatuto das fontes e o lugar dos acervos nas pesquisas de história da arquitetura e da cidade no Brasil. Introdução”, *Anais do Museu Paulista* 24, n° 3 (2016): 6.

⁴⁸ Há no próprio livro a menção de tratar-se de uma abordagem inédita à temática do neocolonial como assunto central de discussão e publicação. É válido mencionar que a pesquisa identifica outros trabalhos anteriores que discutiram o assunto no Brasil, contudo, de abordagem significativamente mais limitada e de alcance muito reduzido à própria época de publicação. Foram identificados em nossa busca trabalhos anteriores à publicação de Aracy Amaral de 1994 envolvendo o neocolonial em abordagem específica, como os trabalhos de conclusão de curso de Ana Maria Gonçalves e José Nascimento Costa, este último orientado por Aracy Amaral, e o livro *Inventário Arquitetônico* de William Bittar e Francisco Veríssimo. Ver Ana Maria Gonçalves, *A obra de Ricardo Severo. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo)* (São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1977); José Horácio de Almeida Nascimento Costa, *Sobre o Neocolonial. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo)* (São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1978); Francisco Verissimo e William Bittar. *Inventário Arquitetônico: Neo-colonial no município do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: FAU-UFRJ, 1983). Os trabalhos de conclusão de curso não se enquadrariam nessa perspectiva da análise, em decorrência de sua natureza e de seu alcance restrito. O livro de Bittar e Veríssimo, por sua vez, não tem a mesma força narrativa de reflexão historiográfica, constituindo-se, como o próprio título coloca, de um “inventário arquitetônico”.

⁴⁹ Aracy Amaral, coord., *Arquitetura neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos* (São Paulo: Memorial; México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1994).

⁵⁰ Ver João Paulo Campos Peixoto, “Arquitetura Neocolonial: um denominador comum no cenário latino-americano da primeira metade do século XX”, *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP* 29 (2022): 1–11.

⁵¹ Carlos Lemos, “El estilo que nunca existió”, em *Arquitetura neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos*, coord. Aracy Amaral (São Paulo: Memorial, 1994), 160. No original: “no se trataba de una idea elitista, sino de una tipología ‘moderna’ que hacía olvidar las tristes casas de antes de la guerra”.

⁵² Lemos, “El estilo que nunca existió”, 149. No original: “no por amor a las antiguas soluciones estilísticas, sino por la necesidad de un gesto de afirmación nacionalista por parte del dueño de la casa que se oponía al inmigrante lleno de novedades”.

⁵³ Bressan Pinheiro, *Neocolonial, modernismo e preservação*.

⁵⁴ Pelaes Mascaro, *Difusão da arquitetura neocolonial*.

⁵⁵ Outro artigo publicado por este mesmo pesquisador nos Anais do 7º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação apresenta uma análise mais aprofundada da inserção da temática nas pesquisas de arquitetura e urbanismo. Ver João Paulo Campos

Peixoto, “Arquitetura neocolonial: A inserção da temática nas pesquisas de história da arquitetura brasileira (1970-2020)”, em *Anais do 7º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação* (Even3, 2021).

⁵⁶ Eduardo de Jesus Rodrigues, “As fachadas na arquitetura paulistana: O estilo Missões” (dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 1985).

⁵⁷ Amaral, *Arquitetura neocolonial*.

⁵⁸ William Bittar, “O movimento neocolonial na arquitetura do Brasil”, *Cadernos de Arquitetura – FAAC-UNESP* 1 (1996): 23–36.

⁵⁹ Carlos Kessel, “Estilo, discurso, poder: arquitetura neocolonial no Brasil”, *História Social* 6, no. 1 (1999): 65–94.

⁶⁰ Até 1965, com a publicação de *Quatro séculos de arquitetura no Brasil*, de Paulo Santos, a arquitetura eclética também não tinha amplo espaço nesta historiografia, sendo atribuído, segundo Marcelo Puppi, a Paulo Santos a sua primeira inserção. Puppi, *Por uma história...*, 62.

⁶¹ Puppi, *Por uma história...*, 182.

⁶² Carlos Kessel, *Arquitetura neocolonial*.

⁶³ Joana Mello de Carvalho e Silva, “Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo: Porto 1869–São Paulo 1940” (tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005).

⁶⁴ Joana Mello de Carvalho e Silva, *Ricardo Severo: Da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira* (São Paulo: Annablume, 2007).

⁶⁵ Bressan Pinheiro, *Neocolonial, modernismo e preservação*.

⁶⁶ Atique, “Arquitetando a ‘Boa Vizinhança’”.

⁶⁷ Fernando Atique, *Arquitetando a “Boa Vizinhança”: arquitetura, cidade e cultura nas relações Brasil-Estados Unidos, 1876-1945* (Campinas: Pontes; FAPESP, 2010).

⁶⁸ *Arquitetura Neocolonial: balanço crítico e novas perspectivas*, Even3, acesso em 14 de fevereiro de 2026, <https://www.even3.com.br/anais/arquitetura-neocolonial-balanco-critico-e-novas-perspectivas-520000/>

¿Cómo citar correctamente el presente artículo?

João Paulo Campos Peixoto, “A inserção da arquitetura neocolonial na historiografia [modernista] da arquitetura brasileira”, *caiana. Revista de Historia del Arte y Cultura Visual del Centro Argentino de Investigadores de Arte (CAIA)*, n° 28 (segundo semestre 2026): 89-105

Recibido: 23 de febrero de 2026

Aceptado: 2 de junio de 2026